

**RESENHA LEGISLATIVA – 2021-2022****LEGISLAÇÃO FEDERAL**

- **Medida Provisória nº 1.091, de 30 de dezembro de 2021, Presidente da República (DOU1 31.12.2021)** - Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Medida Provisória nº 1.085, de 27 de dezembro de 2021, Presidente da República (DOU1 28.12.2021)** - Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, de que trata o art. 37 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 11.977, de 2009, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.
- **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, Presidente da República (DOU1 12.01.2022, Edição Extra A)** - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- **Decreto nº 10.929, de 7 de janeiro de 2022, Presidente da República (DOU1 07.01.2022 Edição Extra A)** - Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto nº 10.922, de 30 de dezembro de 2021, Presidente da República (DOU1 31.12.2021)** - Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Lei Complementar nº 189, de 4 de janeiro de 2022, Presidente da República (DOU1 05.01.2022)** - Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.
- **Lei Complementar nº 188, de 31 de dezembro de 2021, Presidente da República (DOU1 31.12.2021 – Edição Extra G)** - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), para modificar a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) e ampliar o âmbito de aplicação de seu regime tributário.

- **Lei nº 14.261, de 16 de dezembro de 2021, Presidente da República (DOU1 17.12.2021)** - Cria o Ministério do Trabalho e Previdência; altera as Leis nos 13.844, de 18 de junho de 2019, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019; e dá outras providências.
- **Emenda Constitucional nº 114, Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (DOU1 17.12.2021)** - Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.
- **Instrução Normativa nº 2.061, de 20 de dezembro de 2021, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (DOU1 22.12.2021)** - Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Obras (CNO).
- **Portaria nº 214, de 10 de janeiro de 2022, Procuradora-Geral da Fazenda Nacional Substituta (DOU1 11.01.2022 Edição Exta A)** - Institui o Programa de Regularização Fiscal de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) inscritos em dívida ativa da União.
- **Portaria nº 1.010, de 24 de dezembro de 2021, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU1 27.12.2021)** - Altera a Portaria nº. 313, de 22 de setembro de 2021, que dispõe sobre a implantação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) em meio eletrônico.
- **Portaria nº 15.059, de 24 de dezembro de 2021, Procuradora-Geral da Fazenda Nacional Substituta (DOU1 27.12.2021)** - Reabre os prazos para ingresso no Programa de Retomada Fiscal no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Altera a Portaria PGFN n. 11.496, de 22 de setembro de 2021, para prorrogar os prazos para ingresso no Programa de Retomada Fiscal no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- **Portaria Interministerial nº 3, de 15 de outubro de 2021, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência e o Ministro De Estado Da Economia (DOU1 03.01.2022)** - Disciplina a forma de apresentação pelo segurado especial de informações no Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial.
- **Portaria Conjunta nº 103, de 20 de dezembro de 2021, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional (DOU1 28.12.2021)** - Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, que dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.
- **Resolução nº 210, de 16 de dezembro de 2021, Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (DOU1 10.01.2022)** - Aprova a prorrogação do prazo do processo de relicitação de empreendimento público federal do setor rodoviário.

- **Resolução nº 1.347, de 6 de dezembro de 2021, Presidente do Conselho Nacional de Previdência Social (DOU1 31.12.2021)** - Consolida as Resoluções nº 1.329, de 25 de abril de 2017 e nº. 1.335, de 18 de dezembro de 2017, ambas do Conselho Nacional de Previdência Social, em atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Processo nº 10132.100338/2021-51.
- **Ato Declaratório Executivo nº 1, de 3 de janeiro de 2022, Coordenador-Geral de Fiscalização-Substituto (DOU1 05.01.2022)** - Dispõe sobre o Manual de Orientação do Leiaute 8 da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- **Ato Declaratório Executivo nº 105, de 17 de dezembro de 2021, SRFB - Coordenador-Geral de Fiscalização (DOU1 27.12.2021)** - Aprova o Programa Gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (PGD Dirf 2022).
- **Ato Declaratório Executivo nº 104, de 16 de dezembro de 2021, SRFB - Coordenador-Geral de Fiscalização (DOU1 21.12.2021)** - Dispõe sobre o Manual de Orientação do Leiaute 9 da Escrituração Contábil Digital (ECD).
- **Circular nº 973, de 7 de janeiro de 2022, Caixa Econômica Federal - Caixa (DOU1 10.01.2022)** - Publica procedimentos operacionais para a utilização de recursos do FGTS por parte do trabalhador, de forma individual ou por meio de Clube de Investimento, nos Fundos Mútuos de Privatização (FMP-FGTS), para aquisição de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e/ou nos similares estaduais, aprovados pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos CPPI.
- **Circular nº 968, de 29 de dezembro de 2021, Caixa Econômica Federal - Caixa (DOU1 04.01.2022)** - Divulga a versão 14 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais.
- **Aviso de Consulta Pública nº 1/2022 - Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU3 13.01.2022)** - Submeter à consulta pública relatório de Análise de Impacto Regulatório - AIR que trata da revisão da Norma Regulamentadora nº 04 - NR 04 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho). O texto do relatório pode ser acessado no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consulta-publica-relatorio-AIR-nr-04> . A consulta ficará disponível por 30 (trinta) dias e as contribuições deverão ser realizadas diretamente na plataforma disponível no endereço indicado. Dúvidas quanto à participação na consulta pública devem ser enviadas para o correio eletrônico [normatizacao.sit@economia.gov.br](mailto:normatizacao.sit@economia.gov.br) . Expirado o prazo fixado, as sugestões serão analisadas pela Secretaria de Trabalho, que elaborará o relatório final de AIR acerca da revisão da NR 04, nos termos previstos no inciso I do art. 138 da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021.
- **Aviso de Prorrogação de Consulta Pública nº 1/2022 - Ministro de Estado do Trabalho e Previdência (DOU3 13.01.2022)** - Resolve: prorrogar, de forma excepcional, por 15 (quinze) dias, o prazo estabelecido no AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 7/2021, publicado no Diário Oficial da União edição nº 232, seção 3, página 219, de 10 de dezembro de 2021, que instaurou Consulta Pública acerca de proposta de alteração da Portaria/MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, para incluir o Anexo VI - Regulamento para Avaliação da Conformidade de Equipamentos de Proteção Individual por Certificação (Regulamento Principal).

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- **Decreto NE nº 15, de 9 de janeiro de 2022, Governador do Estado de Minas Gerais (DOE-MG 09.01.2022 Edição Extra)** - Institui o Comitê Gestor de Medidas de Prevenção e Enfrentamento das Consequências do Período Chuvoso.
- **Lei nº 24.030, de 29 de dezembro de 2021, Governador do Estado de Minas Gerais (DOU1 30.12.2021)** - Dispõe sobre o uso da assinatura eletrônica no âmbito do Estado.
- **Lei nº 24.029, de 29 de dezembro de 2021, Governador do Estado de Minas Gerais (DOE-MG 30.12.2021)** - Dispõe sobre a base de cálculo e o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – no exercício de 2022, nos casos que especifica.
- **Instrução de Serviço Nº 5, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG (DOE-MG 19.12.2021)** - Dispõe sobre o pagamento de preços públicos relativos aos serviços prestados pela JUCEMG, por meio do Documento de Arrecadação Estadual - DAE, a sua restituição e dá outras providências.

## LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- **Decreto nº 17.840, de 11 de janeiro de 2022, Prefeito de Belo Horizonte (DOM 12.01.2022)** - Regulamenta a aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic – aos tributos, às multas, aos preços públicos e aos demais créditos devidos ao Município.
- **Lei nº 11.337, de 30 de dezembro de 2021, Prefeito de Belo Horizonte de Belo Horizonte (DOM 31.12.2021)** - Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2022-2025.
- **Lei nº 11.336, de 30 de dezembro de 2021, Prefeito de Belo Horizonte (DOM 31.12.2021)** - Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2022.
- **Portaria nº 01, Subsecretário de Operações Institucionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (DOM 07.01.2022)** - Divulga os valores atualizados para o ano de 2022 referentes às taxas de expediente praticadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- **Portaria nº 087, Secretário Municipal de Fazenda (DOM 28.12.2021)** - Divulga as datas para pagamento, a forma e prazo para apresentação de reclamação administrativa e os valores relacionados com o lançamento do IPTU e das taxas e Contribuição que com ele são cobradas referentes ao exercício de 2022.
- **Portaria nº 083, Secretário Municipal de Fazenda (DOM 28.12.2021)** - Divulga o percentual de atualização aplicável em 1º de janeiro de 2022 aos tributos, preços públicos, multas e demais valores fixados na legislação municipal.

**CALENDÁRIO/2022 – FERIADOS****QUADRO SINÓTICO**

Os feriados são os dias destinados a determinadas comemorações de um povo, com o objetivo de promover as festividades cívicas nacionais e estaduais.

Há também, os feriados de origem religiosa, declarados em lei municipal.

<b>FERIADOS NACIONAIS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>São declarados em lei federal; ou</li> <li>São estabelecidos nos dias em que ocorrerem eleições, cuja data seja fixada pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988)</li> </ol>
<b>FERIADO ESTADUAL</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Corresponde à data magna dos Estados.</li> <li>Deve ser definido por lei estadual.</li> </ol>
<b>FERIADOS MUNICIPAIS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>São aqueles:             <ol style="list-style-type: none"> <li>de caráter religioso, segundo a tradição local, em número não superior a 4, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão; e</li> <li>correspondentes aos dias de início e de término do ano do centenário de fundação do município.</li> </ol> </li> <li>Devem ser definidos por lei municipal.</li> </ol>
<b>DIAS DE CARNAVAL E QUARTA-FEIRA DE CINZAS</b>	<p>Não são considerados feriados nacionais, visto que não há lei que assim os considere. Serão considerados feriados nos municípios em que houver essa determinação por meio da respectiva lei municipal.</p> <p>A falta ao serviço ou a compensação desse(s) pode ser objeto de acordo entre o empregado e o empregador, lembrando que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre troca do dia de feriado.</p>
<b>EXPEDIENTE BANCÁRIO</b>	<p>Observa normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, destacando-se as instruções relativas a:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Quarta-Feira de Cinzas e véspera de Natal;</li> <li>último dia útil do ano;</li> <li>c) dias de Carnaval e Corpus Christi.</li> </ol>

**FERIADOS ESTADUAIS**

É permitido aos Estados instituir, como feriado, a sua data magna (fixada em lei estadual).

Relacionamos, no quadro a seguir, os feriados instituídos por alguns Estados da Federação e pelo Distrito Federal.

**IMPORTANTE**

Não obstante o quadro adiante, recomendamos que as datas sejam confirmadas perante a legislação do respectivo Estado e do Distrito Federal, bem como perante o sindicato da categoria, tendo em vista a possibilidade de:

- Alterações posteriores;
- Comemoração antecipada ou prorrogada por meio de negociação coletiva, ou da legislação local.

Solicitamos, ainda, atentar para o fato de que existem ações tramitando no Poder Judiciário que questionam a legalidade e a constitucionalidade de alguns dos feriados, e os resultados destas ações poderão interferir nas datas comemorativas.

Finalmente, destacamos que o quadro a seguir não esgota a relação de todos os feriados existentes. Assim, os Poderes Executivo e Legislativo locais e o sindicato poderão ser consultados.

Em 2022, consideram-se estaduais e distritais os seguintes feriados:

ESTADOS	DATAS	DIAS DA SEMANA EM 2022	SIGNIFICADO	BASE LEGAL
Acre	23 de janeiro	Domingo	Dia do Evangélico	Lei Estadual nº 1.538/2004
	8 de março (transferido para 11 de março) Veja nota (1)	Terça-feira (transferido para sexta-feira)	Dia Internacional da Mulher	Lei Estadual nº 1.411/2001
	15 de julho	Quarta-feira	Aniversário do Estado	Lei Estadual nº 14/1964
	5 de setembro	Segunda-feira	Dia da Amazônia	Lei Estadual nº 243/1968
	17 de novembro (confirmar dia da comemoração) Veja nota (1)	Quinta-feira (confirmar dia da comemoração)	Tratado de Petrópolis	Lei Estadual nº 57/1965
Alagoas	24 de junho	Sexta-feira	São João	Lei Estadual nº 5.508/1993
	29 de junho	Quarta-feira	São Pedro	Lei Estadual nº 5.509/1993
	16 de setembro	Sexta-feira	Emancipação política do Estado	-0- Veja nota (2)
	20 de novembro	Domingo	Zumbi dos Palmares	Lei Estadual nº 5.724/1995
Amapá	13 de setembro	Terça-Feira	Criação do ex-Território Federal	Constituição do Estado/1991, art. 355
	20 de novembro	Domingo	Dia da Consciência Negra	Lei Estadual nº 1.169/2007
Amazonas	5 de setembro	Segunda-Feira	Elevação à categoria de província	Lei promulgada nº 25/1977
	20 de novembro	Domingo	Zumbi dos Palmares/Dia da Consciência Negra	Lei promulgada nº 84/2010
Bahia	2 de julho	Sábado	Consolidação da Independência do Brasil	Constituição do Estado/1989, art. 6º, § 3º
Ceará	25 de março	Sexta-Feira	Abolição da escravidão	Constituição do Estado/1989, art. 18, parágrafo único, acrescido pela Emenda Constitucional nº 73/2011
Distrito Federal	15 de abril	Sexta-Feira	Sexta-Feira da Paixão	Lei distrital nº 72/1989
	21 de abril Veja nota (3)	Quinta-Feira	Fundação de Brasília	Lei distrital nº 72/1989
	16 de junho	Quinta-Feira	Corpus Christi	Lei distrital nº 72/1989
	12 de outubro Veja nota (3)	Quarta-Feira	Nossa Senhora Aparecida	Lei distrital nº 72/1989
	30 de novembro	Quarta-Feira	Dia do Evangélico	Lei Distrital nº 963/1995
Espírito Santo	25 de abril Veja nota (4)	Segunda-Feira	Nossa Senhora da Penha	Lei estadual nº 11.010/2019
Maranhão	28 de julho	Quinta-feira	Adesão à Independência do Brasil	Lei estadual nº 2.457/1964
Mato Grosso	20 de novembro	Domingo	Zumbi dos Palmares/Dia da Consciência Negra	Lei estadual nº 7.879/2002
Mato Grosso do Sul	11 de outubro	Terça-Feira	Criação do Estado	Lei estadual nº 10/1979
Minas Gerais	21 de abril Veja nota (5)	Quinta-Feira	Tiradentes	Constituição do Estado/1989, art. 256, caput e inciso I, com redação da Emenda à Constituição nº 89/2011
Pará	15 de agosto	Segunda-Feira	Adesão à Independência do Brasil	Lei nº 5.999/1996
Paraíba	5 de agosto	Sexta-Feira	Fundação do Estado	Lei estadual nº 10.601/2015
Pernambuco	6 de março	Domingo	Eclosão da Revolução Pernambucana de 1817	Lei estadual nº 16.241/2017, art. 49
Piauí	19 de outubro	Quarta-Feira	Dia do Piauí – Aclamação da Independência	Lei estadual nº 176/1937
Rio de Janeiro	1º de março Veja nota (6.a)	Terça-Feira	Terça-Feira de Carnaval	Lei estadual nº 5.243/2008
	23 de abril	Sábado	São Jorge	Lei estadual nº 5.198/2008
	8 de maio Veja nota (6.b)	Domingo	Dia das Mães	Lei estadual nº 8.174/2018 (INCONSTITUCIONAL)
	20 de novembro	Domingo	Zumbi dos Palmares/Dia da Consciência Negra	Lei estadual nº 4.007/2002

Rio Grande do Norte	30 de outubro	Segunda-Feira	Memória dos Protomártires de Uruçu e Cunhaú	Lei estadual nº 8.913/2006
Rio Grande do Sul	20 de setembro	Terça-Feira	Revolução Farroupilha	Constituição do Estado/1989, art. 6º, parágrafo único, com redação da Emenda Constitucional nº 11/1995
Rondônia	4 de janeiro	Terça-Feira	Criação e instalação do Estado	Lei estadual nº 2.291/2010
	18 de junho Veja nota (7)	Sábado	Dia dos Evangélicos	Lei nº 1.026/2001 (INCONSTITUCIONAL)
Roraima	5 de outubro	Quarta-Feira	Elevação do ex-território à categoria de Estado	Constituição do Estado/1991, art. 9º
Santa Catarina	11 de agosto (transferido para 14 de agosto) Veja nota (8)	Quinta-Feira (transferido para domingo)	Dia do Estado de Santa Catarina	Lei estadual nº 17.335/2017, Anexo I
	25 de novembro (transferido para 27 de novembro)	Sexta-Feira (transferido para domingo)	Dia de Santa Catarina de Alexandria	Lei estadual nº 17.335/2017, Anexo I
São Paulo	9 de julho	Sábado	Revolução Constitucionalista de 1932	Lei estadual nº 9.497/1997
Sergipe	8 de julho	Sexta-Feira	Independência do Estado	Constituição do Estado/1989, art. 269, com redação da Emenda Constitucional nº 20/2000
Tocantins	8 de setembro	Quinta-Feira	Nossa Senhora da Natividade – Padroeira do Estado	Lei estadual nº 627/1993
	5 de outubro	Quarta-Feira	Criação do Estado/Promulgação da primeira Constituição Estadual	Lei estadual nº 98/1989

## FERIADOS MUNICIPAIS

São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, segundo a tradição local e em número não superior a 4, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão (Sexta-Feira Santa).

Relacionamos, a seguir, algumas datas de comemoração municipal (incluindo os dias de Carnaval), cuja definição depende da existência de lei municipal específica:

MESES	DIA	DATAS	DIAS DA SEMANA EM 2022	SIGNIFICADO
Fevereiro/Março	Data móvel	1º de março	Terça-feira	Carnaval
Fevereiro/Março	Data móvel	02 de março	Quarta-feira	Cinzas
Março/Abril	Data móvel	15 de abril	Sexta-feira	Sexta-Feira Santa
Março/Abril	Data móvel	17 de abril	Domingo	Páscoa
Maió/Junho	Data móvel	16 de junho	Quinta-feira	Corpus Christi
Junho	13	13 de junho	Segunda-feira	Santo Antonio
Junho	24	24 de junho	Sexta-feira	São João
Junho	29	29 de junho	Quarta-feira	São Pedro e São Paulo

Fonte: IOB Boletim Legislação Trabalhista e Previdenciária – Manual de Procedimentos 50/2021 p. 1 a 5.